



**Ministério  
da Justiça**



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

## **XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA - CMJPLOP**

**Presidência de Cabo Verde  
2019-2021**



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Atividades desenvolvidas no âmbito da Presidência da CMJPLOP por Cabo Verde.....</b>	<b>4</b>
<b>1. Capacitação sobre o combate ao cibercrime .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Seguimento do Projeto PACED .....</b>	<b>6</b>
<b>3. Criação das Comissões e seguimento dos Trabalhos das Comissões criadas.....</b>	<b>7</b>
<b>4. Acesso à Conta bancária da CMJPLOP .....</b>	<b>9</b>
<b>5. I Encontro da Conferência de Ministros da Justiça dos Países dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).....</b>	<b>10</b>
<b>Notas finais .....</b>	<b>10</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>12</b>



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

## **Introdução**

O presente relatório tem como objetivo apresentar aos Estados-membros da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) um resumo das atividades realizadas durante o mandato da Presidência cabo-verdiana que teve lugar de 2019 a 2021.

De ressaltar que a Presidência de Cabo Verde, que ora finda, coincidiu com a crise sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV-2 que provoca a doença COVID-19 e o seu forte impacto, a nível global, levando a efetiva paralisação, impondo alterações aos planos, rápida redefinição das prioridades e ao fim, uma adaptação a uma nova realidade.

Contudo, algumas das atividades preconizadas foram efetivamente concretizadas, adaptando-se às condições disponíveis.

A Presidência de Cabo Verde iniciou, em novembro de 2019, com a realização da XVI Conferência da CMJPLOP, em Santa Maria, ilha do Sal, sob o tema “Cibercrime: Um novo desafio para a justiça”, com o compromisso de colocar a cibercriminalidade e a importância do seu combate no centro das questões durante a presidência.

Para o efeito, contou ainda com o especial apoio do Conselho da Europa que rapidamente se engajou em auxiliar o país neste tema, no âmbito do projeto Glacy+ (Ação Mundial Alargada contra o Cibercrime).

Aquando da XVI Conferência, a Presidência Cabo-verdiana apresentou o plano com atividades para o biénio, tendo em referência o tema, mas também demais compromissos que são inerentes ao importante fórum de partilha que é a CMJPLOP.



XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP

Neste contexto, foram estabelecidos como pontos específicos e essenciais o reforço da capacitação sobre o combate ao cibercrime, o seguimento dos Trabalhos das Comissões propostas e o seguimento do Projeto PACED, concretamente sobre a gestão da Plataforma, e o reforço das parcerias da CMJPLOP com as organizações e instituições internacionais.

**Atividades desenvolvidas no âmbito da Presidência da CMJPLOP por  
Cabo Verde**

**1. Capacitação sobre o combate ao cibercrime**

Tendo no plano de atividades a realização de formações, essencialmente sobre o tema escolhido pela presidência, nos dias 19 e 20 de novembro, foi realizado **um Seminário Internacional sobre Cibercrime e Prova eletrónica, em Santa Maria, Sal** que antecedeu a Conferência, contando com a participação de delegações de todos os Estados-Membros da CMJPLOP entre procuradores, juízes, elementos de forças policiais e investigação e colaboradores dos Ministérios da Justiça dos respetivos países.

Do referido Seminário foram recolhidas, essencialmente, 4 recomendações para os Estados-membros:

1. Adoção das providências necessárias ao fortalecimento de estruturas especializadas para combater o cibercrime através da elaboração ou do aperfeiçoamento da sua Legislação Nacional visando a harmonização legislativa, penal e processual e a criação de mecanismos eficazes e de



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

cooperação internacional em matéria penal bem como o intercâmbio de conhecimentos especializados para a constante capacitação das autoridades judiciais, polícias, advogados e outras entidades que participam no sistema de justiça penal de acordo com a realidade nacional de cada Estado-membro;

2. Visando estes objetivos, os Estado-membros que ainda não integram a Convenção de Budapeste, assinada em Budapeste, Hungria, em 23 de novembro de 2001, se empenhem em dar início a estudos e procedimentos necessários à sua ratificação ou adesão;
3. Os Estados-Membros que já concluíram o seu processo de adesão disponibilizem apoio aos demais na concretização dos desígnios acima indicados;
4. Os Estados-Membros solicitem e recebam apoio do Conselho da Europa, designadamente, através do projeto GLACY+, para alcançarem os objetivos acima mencionados.

Tais compromissos e providências representarão avanços no desenvolvimento do combate ao cibercrime, incluindo-se a cooperação internacional entre os Estados-Membros da CMJPLOP, a proteção dos Direitos Humanos e a realização do Estado de Direito.

As conclusões e recomendações do Seminário foram partilhadas com os Senhores Ministros e Ministras da Justiça dos Estados-Membros e seus representantes presentes na XVI CMJPLOP.

Ainda em sede de formação, nos dias 18, 19 e 20 de novembro, de 2020, foi realizado um segundo Seminário/Formação, desta feita virtual, contando mais uma vez com a parceria do Conselho da Europa e com a expertise dos especialistas Internacionais e nacionais visando dar continuidade ao Seminário primeiro, realizado em Santa Maria, de forma aprofundar questões levantadas na altura e outras que sugiram aliadas ao cenário fortemente digital que a Pandemia da Covid-19 impôs de forma acelerada.

XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP

Para o referido Seminário, os Estados-Membros da CMJPLOP foram convidados a nomear 10 participantes cada, de entre juízes, procuradores, policiais, investigadores envolvidos com a temática da cibercriminalidade e ainda os que estavam ligados com a reforma legislativa nos respetivos Ministérios da Justiça.

## **2. Seguimento do Projeto PACED**

No que tange ao Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED), aquando da realização da XVI CMJPLOP, foi concedido o aval à Deliberação de aceitação da entrega definitiva da Plataforma de comunicação, formação e cooperação entre os organismos da justiça pelos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, visando dar execução e assegurar o contínuo desenvolvimento à atividade correspondente à construção e implementação da Plataforma. Ficando ainda acordado que posteriormente se deveria fazer a delegação da Gestão da Plataforma.

Dando continuidade, no dia 23 de fevereiro de 2021, a então Ministra da Justiça e do Trabalho de Cabo Verde, Dra. Janine Lelis, na qualidade de Presidente em exercício da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), e a Ministra da Justiça de Portugal, assinaram, os Acordos de Delegação da Gestão relativos à Plataforma de Formação e Cooperação desenvolvida no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste – PACED, cuja cerimónia ocorreu de forma híbrida tendo em conta a Pandemia que se vivia.

Torna-se importante ressaltar que a Plataforma web referida é de cariz colaborativo, entre organismos de justiça dos PALOP e Timor-Leste, coordenada pelos respectivos Ministérios da Justiça que tem por objetivo facilitar o intercâmbio e a criação de redes de comunicação, numa dupla valência de formação e cooperação.



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

Especificamente, no âmbito da Formação, a Plataforma visa colocar em rede as entidades responsáveis pela Formação Jurídica e Judiciária dos PALOP e Timor-Leste.

De salientar que o desenvolvimento pedagógico e didático da Plataforma é assegurado pelo Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça da República Portuguesa (CEJ), cabendo ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ), garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos, processos que serão acompanhados por uma comissão de gestão.

Ainda a nível do PACED, durante a presidência de Cabo Verde, houve o lançamento do concurso público internacional para a aquisição de serviços de conceção e desenvolvimento da plataforma comunicacional a criar no âmbito do PACED - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, sendo que o prazo de apresentação de propostas terminou no dia 17 de agosto de 2021.

### **3. Criação das Comissões e seguimento dos Trabalhos das Comissões criadas.**

Aquando da XVI CMJPLOP, os Srs. Membros do Governo responsáveis pela área da justiça e seus representantes, deram o aval às seguintes Comissões propostas, apresentadas por Cabo Verde e Portugal, respetivamente.

- Cabo Verde apresentou a proposta de criação de uma Comissão para a elaboração de um Projeto de Convenção que Dispensa a necessidade de Legalização de Documentos emitidos por um Estado Membro da CPLP e destinados a serem apresentados no território de outro Estado Membro.





**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

O objetivo primordial é facilitar o fluxo de documentos derivados de instituições públicas, na base da confiança entre os Estados partes, quanto à genuinidade dos documentos que emitem.

A Comissão tem como principais tarefas, atendendo a sua constituição, as de Propor os termos da Convenção e identificar as cláusulas de segurança, atendendo os casos pontuais que possam suscitar dúvidas sobre a autenticidade.

No entanto estas Comissões não iniciaram os Trabalhos atendendo a redefinição de outras tarefas e prioridades que se foi concedendo tendo em conta a realidade vivida devido a Pandemia.

No entanto pode ser um desafio à Presidência vindoura, tendo em conta que os termos dos mesmos foram elaborados e tratam-se de iniciativas louváveis que mereceram o aval dos Estados Membros.

Fica o repto à nossa sucessora Angola.

- Por sua vez, Portugal propôs que a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa adotasse um mandato para a constituição de uma Comissão de Trabalho afeta às matérias relativas aos Assuntos Legislativos, visando , essencialmente fomentar a qualidade da legislação, facilitar o fluxo de informação especializada, seja entre entidades oficiais, seja entre elas e outros profissionais e académicos, promovendo um diálogo franco e permanente entre todos os interessados e coligir e difundir, em língua portuguesa, as melhores práticas, nacionais e internacionais.





**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

#### **4. Acesso à Conta bancária da CMJPLOP**

Após a Conferência da CMJPLOP, foi possível o acesso à conta Bancária da CMJPLOP na Caixa Geral de Depósitos, Portugal, com deslocação da Secretária-geral pela Presidência de Cabo Verde e mais um membro do Ministério da Justiça e do Trabalho, conforme exigido, e assim liquidar faturas que se encontravam em dívida com a empresa que gere o sítio da CMJPLOP.

Ressalva-se que a Presidência de Cabo Verde utilizou o saldo da conta apenas para liquidar as despesas com o site, nas seguintes datas e valores:

N.º Doc. Pag.	Fornecedor	Serviço	Período de referência	Valor	Data de vencimento	Estado
3804	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-04-2019 a 30-09-2019	625 EUR	14-02-2019	liquidada
4474	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-10-2019 a 31-03-2020	625 EUR	08-08-2019	liquidada
5198	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-04-2020 a 30-09-2020	625 EUR	14-02-2020	liquidada
5859	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-10-2020 a 31-03-2021	625 EUR	13-08-2020	liquidada
6481	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-04-2021 a 30-09-2021	625 EUR	13-02-2021	liquidada
7108	alencastre.net	Dynamicweb Update Agreement (semestral)	01-10-2021 a 31-03-2022	625 EUR	04-08-2021	liquidada
1014227	dominios.pt	Renovação de Domínio - cmjplop.org (anual)	03-03-2021 a 02-03-2022	24,54 EUR	03-03-2021	liquidada

Atendendo as incertezas vividas por todos, não se logrou fazer nenhum pagamento, a não ser os urgentes para manter o site, sendo que o valor atualmente constante da conta é de 238.335.04 € (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e cinco euros e quarto cêntimos), de acordo com o extrato emitido a 15 de fevereiro do ano em curso, em anexo.



XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP

## 5. I Encontro da Conferência de Ministros da Justiça dos Países dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB)

Durante a XVI CMJPLOP os Srs. Ministros e Ministras da Justiça e seus representantes tomaram conhecimento através de carta lida pela Secretária-geral Adjunta da Conferência dos Ministros da Justiça Ibero-americanos (COMJIB), proveniente do Secretário-Geral, propondo a realização de um evento conjunto entre a CMJPLOP e a COMJIB, iniciativa respaldada pela delegação Brasileira, como membro dos dois foros, e acolhida e aplaudida por todos os demais.

Por conseguinte, no dia 7 de outubro de 2021, Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, Dra. Joana Rosa, na qualidade de Presidente da CMJPLOP, participou em Tenerife, no **I Encontro de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e dos Países Ibero-americanos**, do qual saiu a Declaração de Tenerife anexa.

### Notas finais

Cabo Verde assumiu a Presidência da CPLP em 2019, tendo eclodido, poucos meses depois, uma Pandemia provocada pelo vírus SARS COV-2, um dos grandes desafios do Século XXI e que muito limitou as ações pretendidas.

É de referir que a par do vírus da Covid-19, aconteceu um forte ataque cibernético em todas a Administração Pública Cabo-Verdiana, afetando de que maneira os serviços, para além das eleições Legislativas e Presidenciais.

Não obstante, e por sermos um país conhecido por driblar adversidades, foi possível efetivar algumas atividades preconizadas.



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

Foi possível a título específico, colocar o cibercrime no centro do debate na CMJPLOP, com o foco na capacitação dos operadores, o seguimento Projeto PACED após a CMJPLOP ter recebido a titularidade do mesmo, efetivando a passagem da sua Gestão ao Ministério da Justiça de Portugal e aproximação com outras organizações internacionais e instituições, alargar o fórum de partilha, o que ocorreu concretamente com a aproximação da COMJIB o que culminou no primeiro evento conjunto e a estreita parceria com o Conselho da Europa.

A nível geral, o fórum de partilha continua seguindo suas missões e ações sejam a nível multilateral e bilateral dentro da CMJPLOP e logo da CPLP.

Poderia se fazer mais, mas as circunstâncias foram o que foram. Não obstante, a CMJPLOP trata-se de um Fórum contínuo de partilha que não se deixa abalar pelos obstáculos existentes, servindo-se de tantas valências que vem sendo agrupadas ao longos destes anos com o apoio mútuo para a manutenção do bem comum e sempre para o alcance da melhor justiça.

Terminamos dizendo que a CMJPLOP está a lançar as bases de um sistema que, se todos os envolvidos quiserem, poderá mudar significativamente a formação jurídica e judiciária entre os países que têm a língua portuguesa como língua oficial, mas também a cooperação jurídica e judiciária.

Obrigada pela vossa atenção!

Luanda, 03 e 04 de março de 2022



**XVII Conferência  
Ministros da Justiça dos Países  
de Língua Oficial Portuguesa - CMJPLOP**

**Anexos**